

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Praça Anchieta 10, Centro- Fone/Fax: (48) 3272 8617 - 3272-8618

CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 086/2015

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 053/2015 (REGISTRO DE PREÇO)

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

 **1 – PREÂMBULO**

**O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS** inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL do tipo REGISTRO DE PREÇOS**, **MENOR PREÇO POR LOTE,** **AQUISIÇÃO DE POLTRONAS E CARPETE EM PLACAS, INCLUINDO ENTREGA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E GARANTIA DESTINADA AO ANFITEATRO DO CENTRO CULTURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, LOCALIZADO NA PRAÇA ANCHIETA, CENTRO, ANTÔNIO CARLOS, COM RECURSO DE CONVÊNIO Nº 792609/2013, FIRMADO ENTRE GOVERNO FEDERAL E O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS S/C, POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,** a ser regida pela Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação, subsidiária da Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e pela Lei Orgânica Municipal e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

* 1. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste **Pregão**:
		1. **Anexo I** - Quadro de Quantitativos e Especificações;
		2. **Anexo II** - Modelo Credenciamento;
		3. **Anexo III** - Declaração de Atendimento a Habilitação e Aceitação do Edital;
		4. **Anexo IV**- Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
		5. **Anexo V -** Declaração de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
		6. **Anexo VI –** Declaração de Responsabilidade Socioambiental
		7. **Anexo VII -** Minuta da Ata de Registro.

**2 - DA LICITAÇÃO**

**2.1 - Do Objeto do Pregão:** – **A presente licitação tem por objeto aquisição de poltronas e carpete em placas, incluindo entrega, montagem, instalação e garantia destinada ao Anfiteatro do Centro Cultural da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, Centro, Antônio Carlos, Com Recurso de Convênio Nº 792609/2013, firmado entre Governo Federal e o Município de Antônio Carlos S/C, por intermédio da Caixa Econômica Federal, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo I, parte integrante deste Edital.**

**2.2 – Protocolo e Entrega dos Envelopes**

**2.2.1-** Os envelopes nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação)**,** juntamente com o credenciamento, deverão ser protocolados e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC, até a data e horário limite abaixo descritos:

**2.2.2** - **Data/Hora**: Dia 16 de novembro 2015 às 9:00 horas.

**2.2.3** - **Local**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - na Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos/SC – CEP 88180.000.

**2.3 – Abertura da Sessão**

**2.3.1 - Data/Hora**: Dia 16 de novembro de 2015 às 9:00 horas.

**2.3.2 - Local:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - na Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos/SC – CEP 88180.000.

**3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** - Poderão participar deste pregão os interessados que se enquadrem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, cadastrados ou não, que atenderem, inclusive quanto à documentação, a todas as exigências deste Edital e de seus Anexos, observando-se as devidas ressalvas e benefícios conferidos as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar 123/2006, bem como preencherem as condições de credenciamento constante do Edital.

**3.2** - **Não será admitida a participação de licitantes que:**

**3.2.1** – Tiveram contratos rescindidos pela Prefeitura;

**3.2.2** – Tiveram seus cadastros cancelados;

**3.2.3** – Tenham sido declaradas impedidas de se cadastrarem, licitarem ou contratarem com a prefeitura, enquanto durar o impedimento;

**3.2.4** – Estejam em regime de falência ou concordata, ou que incidam em proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral;

**3.2.5** – Tenham sido declaradas inidôneas e/ou suspensas para licitar ou contratar com a Prefeitura ou com qualquer órgão público federal, estadual e/ou municipal, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

**3.2.6 -** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias, entre si, e estrangeiras que não tenham filial estabelecida no Brasil;

**3.2.7** – Não será admitida a subcontratação.

**3.2.8** - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão licitante ou de qualquer órgão da Administração Pública Municipal;

**3.2.9** - A participação na Licitação implica na aceitação inconteste de todos os termos deste Edital e dos demais Documentos que o complementam.

**4 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME E ENTREGA DE ENVELOPES**

**4.1** – Na data e horário marcado, o Representante Legal ou Procurador deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua empresa, devendo ainda identificar-se exibindo a Carteira de Identidade, ou outro documento oficial que contenha foto.

**4.2** – Tal representante deverá apresentar documento hábil, conforme subitens seguintes, credenciando-o a praticar todos os atos pertinentes ao certame - formular lance, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição - devidamente acompanhado de fotocópia autenticada do Contrato Social em vigor, entendam-se consolidação ou todas as alterações, com instrumento equivalente, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

**4.2.1 –** Em se tratando de preposto ou empregado da proponente, apresentar carta de credenciamento, com firma reconhecida, nos moldes do Anexo II deste edital;

**4.2.2** – No caso de representante legal, basta à apresentação do Contrato Social em vigor, entenda-se consolidação ou todas as alterações, ou instrumento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ou;

**4.2.3 –** Sendo procurador, apresentar instrumento de procuração público ou particular, este com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para tal finalidade, conforme item 4.2.

**4.3**– As credenciais serão apresentadas em separado dos envelopes, e será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, permitindo-se sua substituição, desde que com os poderes necessários ao credenciamento.

**4.4** – A substituição poderá ser feita em qualquer momento na licitação, sendo que o novo credenciado poderá ofertar lances somente a partir do seu credenciamento, ficando precluso o seu direito de interpor recurso no que se referem os fatos ou situações que ocorreram antes do seu credenciamento.

**4.5 –** A proponente deverá apresentar **declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de aceitação dos termos do edital e de autenticidade dos documentos apresentados**, conforme modelo (Anexo III), dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no item 7.2 deste Edital, assinada por pessoa devidamente autorizada nos mesmos moldes do item 4.1.

**4.6 - As Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) que quiserem valer-se da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 deverão apresentar, CERTIDÃO SIMPLIFICADA emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado, expedida no ano de 2015 de que está enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte, no momento do credenciamento**.

**4.7** **–** Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não proceda da forma estabelecida no item anterior, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

**4.8** **-** **A CARTA DE CREDENCIAMENTO, O CONTRATO SOCIAL OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE E A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DOS ENVELOPES.**

**4.9- AS LICITANTES QUE ENVIAREM OS ENVELOPES VIA CORREIO, DEVERÃO OBSERVAR O SUBITEM ANTERIOR ENVIANDO TAIS DOCUMENTOS EM ENVELOPE APARTADO, TITULADO ENVELOPE Nº0**

**4.10 -** A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC, não se responsabilizará pelo não cumprimento de prazos, sejam estes de propostas, recursos, contra-razões ou quaisquer outros, por parte dos licitantes, caso estes tenham sido enviados por correio, cabendo a prova de entrega tempestiva a licitante.

**4.11 -** Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes devidamente credenciados.

**4.12 -** As proponentes deverão apresentar a “PROPOSTA DE PREÇO’’ e os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” em envelopes separados, indevassáveis, cada um com identificação da proponente referente à licitação e identificando preferencialmente o conteúdo dos envelopes como segue:

**ENVELOPE N° 01**

PROPOSTA

**Prefeitura Municipal de Antônio Carlos**

**Praça Anchieta, 10**

**Antônio Carlos**

**CEP 88180.000**

**Nome e número do processo licitatório**

**Data e hora de abertura**

**Razão Social da Empresa Proponente**

**ENVELOPE N° 02**

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

**Prefeitura Municipal de Antônio Carlos**

**Praça Anchieta, 10**

**Antônio Carlos**

**CEP 88180.000**

**Nome e número do processo licitatório**

**Data e hora de abertura**

**Razão Social da Empresa Proponente**

 **5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope n° 1**

**5.1** - - A proposta de preços contida no Envelope n° 1 deverá, obrigatoriamente, ser apresentada em papel timbrado, datilografado ou impresso por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo todas as suas folhas identificadas com razão social completa e CNPJ da licitante, devendo a última ser datada e assinada pelo representante da empresa devidamente identificado e preferencialmente, com todas as suas folhas numeradas e rubricadas e contendo endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados para contato do representante legal da empresa responsável pela proposta.

**5.1.1** – Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado;

**5.1.2** – Na hipótese prevista no subitem 5.1.1 estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

**5.1.3** – Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial da empresa vencedora, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios de regularidade fiscal de ambas.

**5.2** - As propostas deverão ser elaboradas e entregues de acordo com a legislação vigente, observando também:

**a) Descrição técnica detalhada do objeto ofertado, inclusive fabricante/marca/modelo/nº de referência, observada a especificação básica constante do ANEXO I;**

**b)** Informar se for o caso, qualquer condição especial para armazenamento e transporte dos materiais;

**c)** Declarar que os materiais a serem fornecidos atenderão às especificações do Edital;

**d)** Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato, número da conta corrente, agência bancária e banco. Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação;

**e)** O valor de referência previsto por lote será de acordo com o orçamento previsto no Anexo I deste edital. As empresas licitantes que apresentarem propostas acima do valor orçado serão automaticamente desclassificadas do pregão.

**f)** Não serão aceitas propostas distintas da mesma empresa ou do mesmo grupo empresarial;

**g)** As propostas deverão ser apresentadas com preços em moeda nacional e irreajustável, incluindo todas as despesas, que sejam devidas em decorrência, direta e indireta, do contrato de compra, sem direito a reembolso;

**h)** No caso de divergência entre preços unitários e totais será considerado o primeiro e entre expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá o último;

**i)** Falta de data, assinatura e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes, com poderes para esse fim;

**j)** É de inteira responsabilidade do proponente o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, o que será registrado em ata, devendo o lote ser desconsiderado da proposta;

**l)** Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

**m)** Para elaboração da proposta as proponentes deverão considerar que:

**n)** Os pedidos serão encaminhados, por documento denominado “AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO”;

**o)** Que os produtos deverão ser entregues, montados e instalados nas unidades, conforme endereços descritos nas Autorizações de Fornecimento;

**p)** Que o prazo de entrega, montagem e instalação dos móveis, não deverá ultrapassar a 30 (trinta) dias úteis, contados do envio, por e-mail, da Autorização de Fornecimento expedida pelo Município.

**q)** As empresas proponentes poderão cotar preço para todos os lotes ou somente determinado lote.

**r)** Serão analisados os preços dos itens, quanto à abusividade e inexequibilidade, conforme Art.48 da lei 8.666/93 e suas alterações;

**s)** O preço e prazo de fornecimento dos produtos, por um período de 12 (doze) meses.

**t)** O **prazo de validade** da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, decorrido esse prazo, sem convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**u)** Os preços são fixos e irreajustáveis.

**5.3** – Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

**5.4**- A simples participação neste certame implica em:

1. Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão;
2. Que no preço final dos produtos propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e fretes e que também estão deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;

**5.5** - A licitante vencedora do certame deverá encaminhar detalhamento de sua proposta com os respectivos valores unitários dos lotes readequados ao valor total dos lotes representado pelo lance vencedor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da sessão.

**6– DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME**

**6.1** – Aberta a sessão pública do Pregão, credenciados os presentes, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de **Menor Preço Por Lote.**

**6.2** – Participará dos lances verbais e sucessivos por item ofertado o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% (dez por cento) superiores, relativamente, a de menor preço.

**6.2.1** – Em caso de empate, a classificação será decidida por meio de sorteio em ato público promovido pelo Pregoeiro, para o qual serão convocadas as licitantes participantes, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observado ainda, o previsto no art. 3º, da mesma Lei.

**6.2.1.1** – Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o lote em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

**6.2.2** – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).

**6.2.3** – Os lances verbais e sucessivos **pelo menor preço** serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

**6.3** – Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se da seguinte forma:

**6.3.1** – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**6.3.2** – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**6.3.3** – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.3.3.1** – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**6.4** – Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

**6.5** – É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

**6.6** – Os lances observarão o decréscimo mínimo determinados pelo Pregoeiro do último valor ofertado.

**6.7** – Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente as penalidades previstas neste edital.

**6.8** – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na consideração do último preço apresentado, pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**6.9** – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

**6.10** – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

**6.11** – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 6.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**6.12** – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**6.13** – Encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro poderá negociar com os autores das propostas classificadas de acordo com o subitem 6.2, para que seja obtido melhor preço, sendo registrado em ata.

**6.14** – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender as exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as condições do edital, que será declarada vencedora da licitação.

**6.15 – Serão desclassificadas as licitantes em razão de:**

**a)** não-atendimento das condições estabelecidas neste edital, em seus anexos.

**b)** fixação de condicionantes para a aquisição dos produtos;

**c)** apresentação de propostas que forem omissas, que se apresentarem incompletas ou que contiverem disposições vagas impedindo seu julgamento;

**d)** apresentação de duas ou mais opções de preços;

**e)** apresentação de propostas que não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o objeto licitado; e

**f)** as que conflitarem com a legislação em vigor.

 **6.16** – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

**6.17** – Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas às propostas, será aberto pelo pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da licitante classificada com menor preço.

**7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE N° 2**

**7.1** - A licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, mediante a apresentação dos **documentos de habilitação**, em uma via, preferencialmente numerados em seqüência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal da licitante ou preposto. Tais documentos deverão ser apresentados:

**a)** em original; ou

**b)** cópia autenticada por cartório; ou

**c)** cópia autenticada por servidor autorizado da Prefeitura,mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes; ou

**d)** cópia autenticada pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, na abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação, mediante a exibição dos originais.

**7.1.1** - Somente serão aceitos documentos originais ou cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

**7.1.2** - Somente será (ao) autenticado(s) documento(s) através da apresentação de seu(s) original (is);

**7.1.3** - Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo pregoeiro, na fase de habilitação.

**7.2** - A documentação para fins de habilitação a ser incluído no Envelope nº 2 pelas licitantes é constituída de:

1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** (CNPJ);
2. **Certidão Negativa De Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União** com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;
3. **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
4. **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
5. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** – FGTS;
6. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos di Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, com a redação dada pela Lei nº 12.440/2011.
7. **Certidão Negativa de falência ou concordata** expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;
8. **Declaração de inexistência de fatos impeditivos,** conforme modelo constante no **Anexo IV** deste edital;
9. **Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal,** conforme **Anexo V** do Edital.

**7.3 - Documentos relativos à Regularidade Técnica:**

**a)** Declaração Socioambiental (conforme modelo Anexo VI).

**b)** 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito publico ou privado, que comprove a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características do objeto desta licitação, para os lotes participantes;

**c) Certificado ou Declaração do fabricante**, emitido especificamente para este certame licitatório, comprovando que a licitante vencedora está autorizada a fornecer, montar e instalar os itens cotados, para todos os lotes, com firma reconhecida do fabricante;

**d) Apresentar Laudo ou Relatório de Ensaio em nome do fabricante ou empresa credenciada pelo fabricante** conforme NBR 8094/1983 (névoa salina) de no mínimo 300 horas de exposição sem pontos de corrosão e/ou empolamento da pintura, para os itens do lote 1;

**e) Apresentar Laudo ou Relatório de Ensaio em nome do fabricante ou empresa credenciada pelo fabricante** conforme a NBR 10443/2008 (determinação de espessura de película seca sobre superfícies rugosas) para os itens do lote 1;

**f)** Laudo técnico e/ou Parecer Técnico que o mobiliário do fabricante atende as exigências da NR-17. O Laudo ou Parecer deverá ser emitido por profissional competente filiado a ABERGO e em pleno exercício de suas funções;

**g)** Comprovar para as poltronas relacionadas no Lote 1, a utilização de espuma flexível de poliuretano, conforme NBR 8537/03 – Determinação de densidade, com densidade aparente entre 50 a 70kg/m3, emitido por laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO;

**h)** Apresentar Catálogos originais de todos os itens para o qual o licitante tenha apresentado proposta. **Para os catálogos que forem retirados da internet, deverá constar o link da página no rodapé do documento, para todos os lotes**;

**i)** Apresentar declaração do fabricante de que todos os itens ofertados fazem parte da linha de produção comercial atual e que durante todo o período de garantia, a empresa manterá todas as peças para reposição, caso necessário, para todos os lotes;

**j)** Apresentar certificado ou declaração de garantia, emitido pelo fabricante dos produtos ofertados, **contra defeitos de fabricação, de no mínimo 05 (cinco) anos. No certificado ou declaração deverá conter: Razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail e contato dentro do estado de Santa Catarina**;

**l)** Apresentar declaração **emitida pelo fabricante dos itens ofertados**, que comprove prestar assistência técnica, indicando nome, CNPJ, telefone e endereço da empresa sediada em Santa Catarina que prestará a assistência, na cidade de Antônio Carlos/SC.

**7.4 - Os documentos solicitados no item 7.3 deste Edital, deverão estar devidamente identificados para quais lotes, a fim de facilitar a análise do Pregoeiro e Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC.**

**7.5** - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a entrega dos envelopes. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

**7.6** – Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o subitem 7.2deste editaldeverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

1. **Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;**
2. **Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;**
3. **Se a licitante for matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente**.

**7.7 –** A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa aosTributos Federaise ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

**7.8 -** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal**, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**7.8.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

**7.8.2.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**7.9 – Da Abertura do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação**

**7.9.1 –** Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.

**7.9.2 –** Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto correspondente.

**7.9.3** – Em caso de a licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

**7.9.4 –** O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após estes períodos os mesmos serão descartados.

**7.9.4.1 – O envelope com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o item 7.2 deste Edital será devolvido imediatamente à interessada.**

**8 – DO JULGAMENTO**

**8.1 –** **Serão desclassificadas:**

**a)** as propostas que não atenderem as exigências do ato convocatório da licitação;

**b)** as propostas que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com os itens licitados;

**c)** as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital;

**e)** as que conflitarem com a legislação em vigor;

**d)** as que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no subitem 5 – Da Proposta de Preços, deste edital;

**8.1.1** – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

**8.2** – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR LOTE”.**

**8.3** – Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

**9 – DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**9.1** – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

**a)** das licitantes credenciadas;

**b)** das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;

**c)** da análise da documentação exigida para a habilitação;

**d)** da manifestação imediata e motivada de intenção da licitante em recorrer das decisões do pregoeiro.

**9.1.1** – A ata circunstanciada será assinada pelo pregoeiro e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

**10 – DA(S) AMOSTRA(S)**

**10.1** - A Empresa vencedora deverá em 05 (cinco) dias úteis apresentar as amostras dos lotes e 1 e 2, de acordo com as especificações técnicas exigidas para efeito de controle de qualidade, as mesmas ficarão de posse da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, e serão devolvidas após a entrega e instalação do objeto licitado.

**10.2 –** O prazo acima mencionado da entrega das amostras não será prorrogado.

**10.3 –** Serão desclassificadas, caso não apresentem as amostras ou que as mesmas estejam fora das especificações técnicas previstas no **Anexo I** deste Edital, estando sujeita as penalidades previstas

**11 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**11.1 –** Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital do Pregão.

**11.2** - Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamentetal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de **03 (três) dias corridos** paraa apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.

**11.3 -** Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

**11.4 -** A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

**11.5 -** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela licitante.

**11.6 -** Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

**11.7 -** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.8** - Em não havendo recurso, o Pregoeiro fará imediatamente a adjudicação do objeto ao vencedor.

**11.9** - Em havendo recurso, caberá a Autoridade Competente, após deliberar sobre o mesmo, fazer a adjudicação ao licitante vencedor.

**11.10** – As impugnações, recursos e contra-razões deverão ser protocoladas no setor de protocolos da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - Praça Anchieta**,** nº 10 - Bairro: Centro, Antônio Carlos/SC – CEP: 88180.000.

**12 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**12.1** - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação e homologado o procedimento pela Autoridade Competente.

**12.2** - Havendo recurso, o pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá a Autoridade Competente a decisão em grau final, bem como a adjudicação do objeto.

**12.3** - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal n º 8.666/93.

**12.4** - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade e demais exigências previstas para habilitação, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidas após o julgamento.

**12.5** - As obrigações decorrentes desta Licitação serão formalizadas através da assinatura da Ata de Registro de Preços, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

**13 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1** – Homologado o resultado da Licitação pela Autoridade Competente, o proponente vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, que terá efeito de compromisso visando ao fornecimento do objeto desta Licitação.

**13.2** – O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar a Ata, sob pena de sofrer a penalidade de suspensão temporária, conforme item 20 deste Edital. O prazo para assinar a Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

**13.3** – O preço registrado e o Fornecedor serão divulgados no Veículo Oficial de divulgação dos Atos Municipais do Município de Antônio Carlos e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**13.4** – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a 01 (um) ano.

**13.5** – Será admitida a prorrogação da vigência da Ata, quando os preços registrados continuarem se mostrando mais vantajosos, obedecido o disposto no Decreto nº 048 de 05/09/2007.

**13.6** – A existência de preço(s) registrado(s) não obriga a Secretaria solicitante, a firmar a aquisição (ões) que dele(s) poderá (ão) advir, facultando-se a realização de Licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento, em igual condição.

**13.7** – A aquisição obedecerá à conveniência e as necessidades da Secretaria solicitante, limitada a quantidade estimada e dentro do período de vigência do Registro de Preços (doze meses).

**13.8** – A assinatura da Ata estará condicionada:

**a)** à comprovação da regularidade fiscal do Proponente Vencedor, junto ao Setor de Compras da Prefeitura municipal de Antônio Carlos;

**b)** a apresentação de documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a Ata em nome da empresa ou ainda de cópia do contrato social, comprovando ser do quadro societário da empresa com poderes para assinar pela mesma;

**13.9** – Quando o Proponente Vencedor não atender ao item acima, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata, poderá ser convocado outro proponente, desde que respeitada à ordem de classificação para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita à negociação, assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**13.10** – Caso o proponente vencedor seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, constituída na forma da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, a regularidade fiscal será condição indispensável para assinatura da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das disposições previstas no item 13.8 acima.

**14 – DO FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**14.1** – O fornecimento será efetuado mediante expedição pelo Setor de Compras, desta Prefeitura, da Autorização de Fornecimento, da qual constará a data de expedição, especificações, quantitativo, local de entrega, preços unitários e totais.

**14.1.1** – A Autorização de Fornecimento será o instrumento formalizador do contrato.

**14.2** – O objeto licitado deverá ser entregue, na quantidade solicitada, no local especificado na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da mesma.

**14.2.1** - A descarga do material é de responsabilidade da proponente.

**14.3** – As Autorizações de Fornecimento serão emitidas conforme necessidade, contendo as quantidades de consumo do órgão participante do registro de Preços.

**14.4** - A entrega das quantidades requeridas deverá ser acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas neste edital.

**14.4** – A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos poderá solicitar a entrega ou fazer a retirada de qualquer quantidade, de acordo com as necessidades da mesma, portanto não existirá quantidade mínima determinada para cada pedido, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

**14.5** - O recebimento do material no local designado será feito por servidor responsável ou comissão constituída para este fim.

**14.6** – Os quantitativos totais expressos nos itens constantes do Anexo I são estimados e representam as previsões da Secretaria solicitante para as compras durante o prazo de 01 (um) ano.

**14.7** – O objeto licitado será devolvido na hipótese de não corresponder às especificações da Ata de Registro de Preços, devendo ser substituído pela licitante detentora da Ata, no prazo máximo de 02 (dois) dias.

**14.8** – Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos Artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**14.9** – O detentor da Ata garantirá integralmente qualquer defeito de fabricação que objeto licitado venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local da entrega, mesmo que constatado o defeito após sua aceitação/aprovação pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

**15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**15.1 -** O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) neste **Pregão**, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

**15.2** - O pagamento será:

**15.2.1** - efetivado mediante apresentação da nota **Fiscal Eletrônica** que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC.

**15.2.2** **-** O pagamento será realizado pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, em até **15 (quinze) dias úteis**, após a entrega do objeto licitado e aceitação definitiva, mediante apresentação da respectiva **Nota Fiscal Eletrônica,** desde que estejam devidamente aprovados e recebidos pela Secretaria solicitante e a liberação do Recurso pela Caixa Econômica Federal.

**15.2.3 –** A Nota Fiscal deverá conter a seguinte descrição:

**a) Convênio Reforma do Auditório**

**b) Convênio Nº 792609/2013**

**15.2.4 -** O pagamento somente será realizado mediante apresentação da **Nota Fiscal** **Eletrônica**, conforme Protocolo do ICMS nº 042 de 03 de julho de 2009.

**15.3** - A Prefeitura, exigirá do(s) proponente(s) vencedor (es), que mantenha(m) atualizadas as Certidões Negativas de Débito do Federais, FGTS, Estaduais e Municipais.

**15.4 -** O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

**15.5** – Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA **incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do objeto licitado no local indicado na respectiva Autorização de Fornecimento,** constituindo-se na única remuneração devida.

**15.6** - O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

**15.7** – A Nota Fiscal não aprovada será devolvida para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 15.2.2, a partir da data de sua reapresentação.

**16 - DO REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**16.1** - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis.

**16.2** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**16.3**. - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela detentora da Ata de Registro de Preços, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação de planilha(s) detalhada(s) de custos seguindo a mesma metodologia da planilha apresentada para assinatura da Ata e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc.), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

**16.4** - Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo da Municipalidade.

**16.5** - Fica facultado à Prefeitura Municipal de Antônio Carlos realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.

**16.6** - A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do protocolo do pedido no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

**16.6.1** - Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata de Registro de Preços não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

**16.6.2** - A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos deverá, quando autorizada à revisão dos preços, registrará em Ata Complementar os preços revisados e emitir Autorizações de Fornecimento, sem juros e correção monetária, a partir da alteração de valores.

**17 - OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES**

**17.1 - Constituem obrigações/responsabilidades da licitante vencedora:**

**17.1.1** – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

**17.1.2** – Assumir inteira responsabilidade, no fornecimento do objeto da presente licitação, bem como pela qualidade dos produtos a empregar.

**17.1.3** – Reparar corrigir, remover, substituir, às suas exclusivas expensas e responsabilidade, no todo ou em parte, o objeto contratado, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes, no fornecimento do objeto da presente licitação.

**17.1.4** – Assumir integral e exclusiva responsabilidade pelos danos que causar a Administração Pública, por si, seus sucessores, representantes ou prepostos, no fornecimento do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

**17.1.4.1** – Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por si, seus sucessores, representantes e/ou prepostos, no fornecimento do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

**17.1.5** – Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere as normas de segurança no trabalho e previstas na legislação especifica, encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**17.1.6** – Prestar a Administração, sempre que necessário ou por esta solicitada, esclarecimentos e informações acerca do objeto da presente licitação, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

**17.1.7** - Executar os fornecimentos contratados, somente com prévia e expressa autorização formal da Secretaria solicitante.

**17.2 - Constituem obrigações/responsabilidades do Município de Antônio Carlos:**

**17.2.1** - Receber os produtos e realizar sua análise quanto à quantidade e qualidade;

**17.2.2** - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste edital;

**17.2.3** - Notificar a CONTRATADA, sempre por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas nos materiais entregues.

**18 – DA FONTE DE RECURSOS**

**18.1** – As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previsto no orçamento fiscal de 2015 e na Lei Orçamentária a ser aprovada para 2016, sendo que cada contratação será de acordo com a necessidade da Secretaria licitante, e será efetuado o devido empenhamento no item orçamentário específico, com a seguinte classificação:

**(57) 04.01.1004.4.4.90.00.00.00.0.1.00.000000.**

**(58) 04.01.1004.4.4.90.00.00.00.0.1.24.000087.**

**19 – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**19.1** - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e na Ata de Registro de Preço.

**19.2** - A desistência da proposta, lance ou oferta e a recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item 13.2 ou em apresentar os documentos referidos no item 7, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejarão:

**19.2.1** - cobrança pela Prefeitura do Municipal de Antônio Carlos, por via administrativa ou judicial, de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta, lance ou oferta adjudicada.

**19.2.2**. - suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Antônio Carlos e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, pelo período de até 05 (cinco) anos.

**19.3** - Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o

Licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas:

**19.3.1** - Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes.

**19.3.2** - Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

**19.3.3** - Cancelamento da Ata de Registro de Preços e Autorização de Fornecimento, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

**19.4** - Em caso de inexecução parcial ou total, por parte da detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, após regular processo administrativo, as seguintes penalidades:

**19.4.1** - advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a detentora da Ata concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos;

**19.4.2** - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso na entrega dos materiais ou substituição de materiais devolvidos, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da aquisição, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no item 19.4.3;

**19.4.3** - multa de 1% (um por cento) ao dia, do valor da inadimplência, no atraso ou paralisação por mais de 30 (trinta) dias, na entrega dos materiais ou substituição de materiais devolvidos, até o limite de 30% (trinta por cento);

**19.4.4** - suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de cancelamento da Ata de Registro de Preços, independentemente da aplicação das multas cabíveis;

**19.4.5** - declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave tais como apresentar documentação inverossímil ou cometer fraude, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, que será concedida sempre que a detentora da Ata ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes.

**19.5** - O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura de Antônio Carlos ou cobrada judicialmente.

**19.5.1** - Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**19.6** - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a detentora da Ata de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

**19.7** - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**19.8 –** Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Prefeitura considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitida às justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

**19.9 –** As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

**19.10 –** Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1** – As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, estando sujeita as sanções previstas na legislação brasileira. Advertindo-se que àqueles que agirem de má-fé, estarão sujeitos as penalidades previstas em Lei.

**20.2 – Lembrando que a Lei Federal 8.666/93 que rege as Licitações, prevê em seu Artigo 90 que: “Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação”: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”**

**20.3 - Havendo indícios de conluio entre as licitantes ou qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos comunicará os fatos ao Ministério Público para as providências devidas.**

**20.4** - As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse do Município de Antônio Carlos, a segurança e o objetivo da contratação;

**20.5** - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

**20.6** - É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar nos prazos estipulados;

**20.7 –** As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas por escrito ao Setor de Compras, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

**20.7.1 –** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão ficarão disponíveis para todos os interessados, no Setor de Compras, na Prefeitura.

**20.8** - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante. Antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4°, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação

**20.9** - As impugnações ao ato convocatório do Pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.

**20.10** - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**20.11** - Deferida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**20.12** - A autoridade competente para determinar a aquisição poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

**20.13** - A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes;

**20.14** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

**20.15** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

**20.16** - O Município poderá revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou a requerimento da parte interessada, não gerando direito de indenizar quando anulada por motivo de ilegalidade, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93, assegurada a ampla defesa.

**20.17** - A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital;

**20.18** - O licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

**20.19** - A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de desclassificação;

**20.20 –** Cópias deste Edital e seus Anexos, bem como informações e esclarecimentos serão prestadas pelo Setor de Licitação e Compras da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos sito a Praça Anchieta, nº. 10, Centro, CEP: 88 Antônio Carlos/SC, segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos números telefônicos: (48) 3272-8617, 3272-8618 pelo e-mail: licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administração@antoniocarlos.sc.gov.br

**20.21** – A Contratante não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente

**20.22** - Fica eleito o Foro do Município de Biguaçu (SC) para dirimir qualquer questão contratual ou editalícia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Antônio Carlos, 27 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANTÔNIO PAULO REMOR**

**PREFEITO MUNICIPAL ANEXO I**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015**

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

**QUADRO DE QUANTITATIVOS , ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO**

|  |
| --- |
| **LOTE 1 – POLTRONAS DE AUDITÓRIO** |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNID** | **QDE** | **VALOR UNIT** | **VALOR TOTAL** |
| 01 | **POLTRONAS MONTADAS SOB LONGARINAS PARA AUDITÓRIO.** **Características:** **Assento e encosto** em compensado multilaminado com espessura de 15mm, moldados anatomicamente. Encosto com curvatura tripla e apoio lombar, ligado ao assento através de duas cantoneiras metálicas, formando um monobloco fechado, sendo ambos estofados com espuma de poliuretano injetado com espessura mínima de 60mm e densidade 47kg/m3, revestidos em tecido 100% poliéster na cor verde. **Acabamento** nas bordas em perfil de PVC semi-rígido, do tipo Macho/Fêmea (com largura de 15mm).  **Contra-capa** do encosto em PSAI, moldada através do sistema de *vacuum-forming*. Estofado fixado à estrutura através de 4 parafusos  sextavados e porcas-garras cravadas na madeira.  **Estrutura** com pés horizontal em tubo industrial oblongo 29x58mm recobertos por capa de polipropileno injetada medindo 420mm(comp.) x 60mm(larg.) x 30mm (alt.).  **Coluna vertical** em tubo de aço oblongo 40x77mm e longarina em tubo industrial 20x40mm. **Acabamento** nas extremidades dos tubos com ponteiras internas de polipropileno. **Braço** totalmente injetado em poliuretano (integral skin) com alma de aço. Componentes metálicos são ligados pelo processo de solda MIG, recebendo tratamento por banhos desengraxante, antioxidante, passivador e fosfatizante. **Pintura** eletrostática das partes metálicas com tinta epóxi-pó com polimerização em estufa a temperatura de 180ºC. As cadeiras serão montadas sobre longarinas de 02 e 03 lugares. As cadeiras montadas sobre as longarinas deverão possuir Laudo de Conformidade com a Norma NBR 13962/2006 emitido por laboratório idôneo, reconhecido pelo INMETRO, devendo ser apresentado junto com a proposta. **Dimensões aproximadas:** Assento: 48cm (largura) x 47cm (profundidade); Encosto: 48cm (largura) x 51cm (altura); Largura do apoio superior dos braços: 50mm. Largura total por lugar: 56 cm.Do total, deverão ser produzidas 03 poltronas para pessoas obesas e 05 poltronas de Mobilidade Reduzida (P.M.R). | PÇ | 246 | 380,00 | 93.480,00 |
|  |  |  | **TOTAL DO LOTE** | **93.480,00** |

|  |
| --- |
| **LOTE 2 – CARPETE** |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNID** | **QDE** | **VALOR UNIT** | **VALOR TOTAL** |
| 01 | Carpete em placas instaladas com dimensões de 50 cm x 50 cm.Características Construtivas do Carpete:Tipo de Fibra: 100% Nylon (poliamida) 6 ou 6,6. Filamento contínuo (BCF).**Tipo de Base Secundária:** 100% termoplástica. Com conteúdo mínimo de 40% de matéria prima reciclada. A base deve ser reciclável livre de Betumen .**Tipo de Base Primária:** 100% TNT (tecido não tecido) em poliéster.**Padrão de Construção da Superfície:** Tufado emlaço (bouclè) em alturas variáveis.**Método de Tingimento:** Tingimento por solução (solutiondye).**Agulhadas por polegadas :** 42,2ends/10cm(1/12 in)**Peso Mínimo de Fibra:** 610 g/m2 (18 Oz/y2) **Altura Mínima da Fibra acima da base :** 2,0mm.**Altura total mínima de fibra :** 3,5mm**Desenhos e Cores:** Mesclas de diferentes tons de cor a ser definida em que os tufos possuam diferentes alturas (multilevel loop).Desenho orgânico aleatório que permita a mistura de diferentes lotes de produção sem que se perceba a diferença de cor. A tecelagem do carpete deve permitir a instalação aleatória das placas sem a necessidade de seguir setas orientadoras. As emendas devem ficar imperceptíveis.Performance Física Requerida:**Retenção de Aparência TARR –** Classificação de Tráfego (conforme CRI TM 101 escala de referência 3): O carpete deve obter nota ≥ 3,5TARR após 12.000 ciclos no teste conforme norma ASTM D5252 HexapodDrumTester, de acordo com esta norma com esta nota será classificado como – Tráfego Comercial Severo**Estabilidade Dimensional:** Conforme norma AACHEN ou ISO 2551 com variação máxima de 0.15%.**Resistência a Delaminação da Base Secundária:** Conforme norma ASTM D3936. Resistência mínima de 2,5lbs / inch ou com resultado = NÃO SEPARAÇÃO.**Propensão Eletrostática em Baixa Umidade:** Conforme norma AATCC 134 Step Test < 3.0 KV (teste feito à temperatura de 70º F + - 1º - 20% UR + - 3%)**Propriedades de Flamabilidade:*** NBR8660 ou ASTM E648 (Teste do Painel Radiante) – Classe I (mínimo de 0,45 watts/cm2).
* ASTM E662 (densidade de fumaça) com resultado ≤ 450.
 | M² | 250,00 | 119,59 | 29.897,50 |
|  |  |  | **TOTAL DO LOTE** | **29.897,50** |

###### ANEXO II

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015**

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

**CREDENCIAMENTO**

**(Interessados ou seus Representantes)**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) ........................................................., portador(a) da Cédula de Identidade n° .................................. e CPF n° .........................................., a participar da LICITAÇÃO 086/2015 instaurada pelo Município de Antônio Carlos/SC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, supra-referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da Empresa ..................................... visando formular propostas e lances verbais, negociar, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data ........................................................

...................................................................

###### ANEXO III

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015**

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

**DECLARAÇÃO DE** **PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL E DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS**

A empresa......................................................................, pessoa jurídica de direito privado, com sede na................................................................................................., .............-SC, inscrita no CNPJ nº............................................, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal abaixo firmado, DECLARA, o **pleno atendimento aos requisitos de habilitação, a aceitação dos termos do edital e a autenticidade dos documentos apresentados** de acordo com o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015 do Município de Antônio Carlos-SC **aquisição de poltronas e carpete em placas, incluindo entrega, montagem, instalação e garantia destinada ao Anfiteatro do Centro Cultural da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, Centro, Antônio Carlos, Com Recurso de Convênio Nº 792609/2013, firmado entre Governo Federal e o Município de Antônio Carlos S/C, por intermédio da Caixa Econômica Federal,** de acordo com os quantitativos e especificações no Anexo I do edital, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Prefeitura.

Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa.

**ANEXO IV**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

A empresa......................................................................, pessoa jurídica de direito privado, com sede na................................................................................................., ............., .............. (Cidade/Estado), inscrita no CNPJ nº............................................, por meio de seu representante legal **DECLARA**, sob as penas da Lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações:

1. Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público;
2. Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos;
3. Impedida de licitar, de acordo com o previsto no artigo 9º da Lei Federal 8.666/93, e suas alterações.
4. Estar em processo de Falência ou Concordata;

 Nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações, comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e da qualificação exigidas pelo edital. Por ser a expressão da verdade, assinamos o presente.

Data

(Identificação e assinatura do representante legal da empresa)*.*

**ANEXO V**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade no\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre o inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal e que não possuímos em nosso quadro pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa

**ANEXO VI**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

NOME DO FORNECEDOR (Nome Fantasia e CNPJ):

 **1. A empresa mantém contratadas crianças ou adolescentes até 14 anos em seu quadro?**

( ) Não ( ) Sim. Sob quais condições?

 **1.1. A empresa tem conhecimento do tipo de contratação acima em seus fornecedores?**

( ) Não ( ) Sim. Sob quais condições?

**2. A empresa ameaça seus funcionários para obter trabalho ou serviço?**

( ) Não ( ) Sim. Sob forma de:

**3. A empresa proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável aos seus funcionários, tomando medidas cabíveis à prevenção de acidentes e danos à saúde?**

( ) Sim ( ) Não. Em quais situações?

**4. A empresa respeita o direito dos trabalhadores de se associar a sindicatos, bem como negociar coletivamente?**

( ) Sim ( ) Não. Qual motivo?

**5. A empresa em suas relações discrimina com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação a sindicato, afiliação política ou idade no momento da contratação, definição da remuneração, acesso a treinamento, promoção, encerramento de contrato ou aposentadoria?**

( ) Não ( ) Sim. Em quais situações?

**6. A empresa em suas relações assedia e/ou abusa de forma moral, física, sexual, psicológica ou verbal?**

( ) Não ( ) Sim. Em quais situações?

**7. A empresa cumpre as leis aplicáveis sobre horário de trabalho?**

( ) Sim ( ) Não. Em quais situações?

**8. A empresa trata seus impactos ambientais?**

( ) Sim ( ) Não. Qual motivo?

**9. A empresa conhece e se compromete a respeitar o Código de Conduta Ética do SESI, em especial no que se refere à proibição de suborno, propinas e outros pagamentos indevidos na forma de presentes e brindes, além de prezar por critérios profissionais e técnicos na negociação, evitando favorecimento e conflito de interesses?**

( ) Sim ( ) Não. Qual motivo?

**10. Será permitido o acesso à empresa, caso o SESI tenha interesse na visita para constatar evidências às respostas dadas?**

( ) Sim ( ) Não. Qual motivo?

**Nome do Responsável: Data:**

ANEXO VII

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2015

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ..../2015**

|  |  |
| --- | --- |
| **OBJETO** | **AQUISIÇÃO DE POLTRONAS E CARPETE EM PLACAS, INCLUINDO ENTREGA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E GARANTIA DESTINADA AO ANFITEATRO DO CENTRO CULTURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, LOCALIZADO NA PRAÇA ANCHIETA, CENTRO, ANTÔNIO CARLOS, COM RECURSO DE CONVÊNIO Nº 792609/2013, FIRMADO ENTRE GOVERNO FEDERAL E O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS S/C, POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** |
| **PREÇO** | **CONFORME ATA E PUBLICAÇÃO NO MURAL** |
| RAZÃO SOCIAL |  |
| CNPJ |  |
| ENDEREÇO |  |
| TELEFONE |  |  |
| E.mail |  |
| **INICIO: ..........2015** | **VALIDADE/TÉRMINO: ..........2016** |
| **OBS:**  |

**1. OBJETO E PREÇOS**

**1.1 –** Constituem o objeto da presente Ata o registro de preços dos itens
dela constantes do anexo I, do Edital de pregão presencial nº 053/2015 – Processo Licitatório nº 086/2015, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Municipal n° 48/2007, da Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Orgânica Municipal e subsidiariamente pala Lei 8.666/1993, com suas alterações.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

**2.1** Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

**a)** Edital de Pregão Presencial 053/2015 e seus anexos;

**b)** Proposta da(s) Licitante(s).

**3. RECEBIMENTO**

**3.1 –** A forma de recebimento será de acordo com o estabelecido no item 14 e subitens do Edital de Licitação nº 086/2015, Pregão Presencial (Registro de Preço) nº 053/2015.

**4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS, LOCAIS DE ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO.**

**4.1 –** Após a emissão da nota de empenho ou ordem de fornecimento será esta enviada por meios eletrônicos ou por email para empresa vencedora de cada item

**4.2 –** No ato da entrega dos produtos, de cada nota de empenho, ordem de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar caso estejam vencidas a seguinte documentação:

**4.2.1** – Certidão Negativa De Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**;**

**4.2.2 –** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**4.2.3 -** Prova de Regularidade para com a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**4.2.4 –** Certidão negativa de débitos Federal, Estadual e Municipal.

**4.3. Prazo de Entrega**

**4.3.1 –** Será de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

**4.4. Locais de entrega / Estimativa de Consumo (ANEXO I).**

**4.4.1 –** O objeto da ata será recebido por servidor da Secretaria solicitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal n° 8.666/93;

**4.4.2 –** A entrega do objeto licitado será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

**4.5 –** Se a qualidade do objeto licitado entregue não corresponder com as especificações do objeto da ata, serão devolvidos, aplicando-se as penalidades cabíveis.

**4.6 –** Se, durante o prazo de validade da ata, do objeto licitado entregue, que apresentar quaisquer alteração que impeçam ou prejudiquem seu consumo, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido no Edital nº 053/2015.

**4.7 – Da Fiscalização**

**4.7.1 –** A Secretaria solicitante fará a fiscalização do objeto licitado quando da entrega, recusando o seu recebimento se não estiverem nas condições descritas no edital de licitação, devendo a **CONTRATADA** repô-las em 24 horas.

**5. DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**5.1** - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas a Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e na Ata de Registro de Preço.

**5.2** - Em caso de inexecução parcial ou total, por parte da detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou de infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, após regular processo administrativo, as seguintes penalidades:

**5.2.1** - advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a detentora da Ata concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos;

**5.2.2** - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso na entrega objeto contratado ou substituição, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da aquisição, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no item 5.2.3;

**5.2.3** - multa de 1% (um por cento) ao dia, do valor da inadimplência, no atraso ou paralisação por mais de 30 (trinta) dias, na entrega do objeto contratado ou substituição, até o limite de 30% (trinta por cento);

**5.2.4** - suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de cancelamento da Ata de Registro de Preços, independentemente da aplicação das multas cabíveis;

**5.2.5** - declaração de inidoneidade, na hipótese de prática de atos ilícitos ou falta grave tais como apresentar documentação inverossímil ou cometer fraude, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, que será concedida sempre que a detentora da Ata ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes.

**5.3** - O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura de Antônio Carlos ou cobrada judicialmente.

**5.3.1** - Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**5.4** - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a detentora da Ata de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

**5.5** - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**5.6 –** Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Prefeitura considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitida às justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

**5.7 –** As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

**5.8 –** Nenhum pagamento será realizado a Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1 –** O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega do objeto contratado, mediante a apresentação da respectiva mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica emitida pela empresa fornecedora, desde que esteja devidamente aprovada e recebida pela Secretaria solicitante e a liberação do Recurso pela Caixa Econômica Federal.

**6.2 –** A Nota Fiscal deverá conter a seguinte descrição:

**a) Convênio Reforma do Auditório**

**b) Convênio Nº 792609/2013**

**6.3 -** O pagamento somente será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo do ICMS nº 042 de 03 de julho de 2009.

**6.4 –** Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da Detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**6.5 –** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente em nome da Contratada ou pessoalmente por seu representante na Tesouraria Municipal.

**7. READEQUAÇÃO DE PREÇOS**

**7.1 –** Durante o período de vigência da Ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n° 48/2007, ou em face da superveniência de normas Federais ou Municipais aplicáveis a espécie, considerada para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta Ata.

**7.2 –** O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela PMAC, a época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da Ata.

**7.2.1 –** Durante a vigência da Ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Prefeitura do Município de Antônio Carlos, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar a referida Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado;

**7.2.2 –** Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada a Prefeitura, ficará obrigada a restituição do que houver recebido indevidamente.

**8. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE MPENHO**

**8.1 –** As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular da Pasta a qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

**8.2 –** As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, pela Unidade Requisitante, ou através de contrato. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

**8.3 –** A emissão da nota de empenho ou ordem de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta a qual pertencer à unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

**9. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.1 –** O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

**9.2 –** Os pedidos deverão ser efetuados através de nota de empenho ou ordem de fornecimento, enviado através de meios eletrônicos ou "fac-símile", deles constando: data, valor unitário e total, quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação.

**9.3 –** Os preços registrados, nos termos do § 4° do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo.

**9.4 –** A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

**9.5 –** Caso a qualidade do objeto entregue não corresponda as especificações da ata, serão devolvidos, devendo ser aplicadas as disposições contidas na cláusula 5, subitem 5.2.3.

**9.6 –** O preço a ser pago pela PMAC é o vigente na data em que o pedido for entregue a detentora da ata, independentemente da data de entrega dos produtos na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Prefeitura nesse intervalo de tempo.

**9.7 –** Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**9.8 –** As especificações dos produtos não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer as normas técnicas pertinentes.

**9.9 –** A detentora da ata deverá comunicar a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

**9.10 –** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata, é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Biguaçu.

Antonio Carlos, ...... de ............. de 2015.

**ANTÔNIO PAULO REMOR EMPRESA CONTRATADA**

**Contratante Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

CPF: CPF: